

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia" ou "Raia Drogasil") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo, sob o código de negociação RDL3.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada 4Bio Medicamentos S.A. (em conjunto "Consolidado" ou "Grupo") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.825 lojas (1.610 lojas - 2017), distribuídas em 22 Estados (20 Estados - 2017) da Federação, conforme segue:

Estado	Consolidado	
	2018	2017
São Paulo	952	894
Rio de Janeiro	127	118
Minas Gerais	125	103
Paraná	103	87
Distrito Federal	68	64
Goiás	68	64
Bahia	59	42
Pernambuco	52	36
Santa Catarina	43	38
Espírito Santo	37	32
Rio Grande do Sul	32	32
Mato Grosso do Sul	23	21
Ceará	21	7
Pará	19	
Mato Grosso	16	14
Rio Grande do Norte	15	14
Paraíba	15	13
Sergipe	15	13
Alagoas	14	11
Maranhão	9	
Piauí	7	3
Tocantins	5	4
Total	1.825	1.610

As lojas da Raia Drogasil são abastecidas por nove centrais de distribuição localizadas em sete Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco e Bahia.

A sociedade controlada 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e do Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2019.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas esperadas nos estoques, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(u).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas – datas iniciais de vigência

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram adotados pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

(a) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39 / CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*) uma vez que a Companhia não opera com instrumentos de *hedge*.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados a VJORA - Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado Abrangente

Esses ativos são subsequentemente mensurados a valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA - Valor Justo por Meio dos Outros Resultados

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação, um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

A Administração do Grupo concluiu em suas análises que a adoção do CPC 48 / IFRS 9 não resultou em modificações significativas que não sejam as nomenclaturas das novas categorias de ativos e passivos financeiros e seus correspondentes reflexos nas políticas contábeis da Empresa. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros do Grupo estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em debêntures compromissadas, com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Nota 5), contas a receber de clientes, representadas em quase sua totalidade em recebíveis de cartões de crédito e débito (Nota 6) e valores a receber de controlada. Esses ativos financeiros, anteriormente classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a partir de 1º de janeiro de 2018.

(ii) Perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, não apresentou impactos na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes uma vez que parte relevante do saldo de contas a receber está representado por valores a receber de administradoras de cartões de crédito e convênios com empresas, gestoras de planos de saúde e governo.

(iii) Contabilidade de *Hedge*

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as

de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*.

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mudança no valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado.

(iv) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, porém, sem alteração de valores monetários na data da transição.

(b) CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida à partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

(i) Identificação de um contrato com o cliente;

(ii) Determinação das obrigações de desempenho;

(iii) Determinação do preço da transação;

(iv) Alocação do preço da transação; e

(v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc) para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de medicamentos onde o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contemplam os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

As mudanças nas práticas contábeis introduzidas pelo CPC 47 / IFRS 15 não resultaram em modificações dos critérios de reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadorias e serviços.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

O CPC 47 / IFRS 15 não teve impacto nas políticas contábeis do Grupo para as devoluções e cancelamentos.

Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais onde produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas.

As principais categorias de acordos comerciais são:

(i) descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios – trata-se de benefícios concedidos pelo fornecedor do Grupo ao consumidor final do Grupo que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na grande maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado do sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido.

Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece como receita de contrato com cliente tendo como contrapartida um saldo a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(ii) verbas de *marketing* e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda do Grupo.

A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um saldo a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas – tratam-se de programas de bonificação concedidos ao Grupo associados a metas de compra e de venda das mercadorias de um determinado fornecedor. O Grupo considera o benefício obtido como uma redução dos valores a pagar de fornecedores, tendo como contrapartida a conta de estoques, a partir do momento em que conclui ser altamente provável que o benefício obtido não será sujeito a reversão.

Nos casos (ii) e (iii) acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

A Administração analisou estas contraprestações variáveis e concluiu que o processo de reconhecimento da redução do custo da mercadoria associada a esses programas não produziu impactos financeiros nas contas patrimoniais ou de resultado, considerando o reconhecimento contábil que vinha sendo adotado até 31 de dezembro de 2017.

Componente significativo de financiamento

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. Não houve mudanças em relação à prática contábil adotada até 31 de dezembro de 2017.

Transição

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15, usando o método retrospectivo simplificado, ou seja, com adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem alteração de valores monetários na data da transição. Adicionalmente a Administração realizou análise dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e não foram observados impactos com a adoção desta nova norma.

(c) Interpretação ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira

Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Não houve impactos da adoção dessa interpretação para o Grupo.

A seguir, apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício a iniciar-se em 1º de janeiro de 2019.

(d) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil / Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leases e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, porém, a referida norma não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Inventário de contratos

Durante o exercício de 2018, a Administração do Grupo contratou empresa especializada e independente para auxiliar na identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

De posse dos resultados, o Grupo avaliou os potenciais impactos da aplicação inicial que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2019. Os impactos reais da adoção da norma, até sua completa implementação, poderão mudar em decorrência dos fatores a seguir:

- O Grupo está em fase final de testes de avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudanças até a apresentação das demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Arrendamentos em que o Grupo atua como arrendatária

Após avaliação e inventário dos contratos o Grupo reconhecerá novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamento de locação de imóveis operacionais (2.122 contratos); (ii) aluguéis residenciais, onde profissionais do Grupo estão fora do seu local original de trabalho (483 contratos); (iii) centros de distribuição/administrativos (15 contratos); e (iv) frota de veículos (1 contrato).

A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudará, uma vez que o Grupo passará a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remensuração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesa financeira de juros. Anteriormente, o Grupo reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento.

Isenções

Durante os estudos preliminares foram identificados contratos de aluguéis que estão dentro do escopo de isenções da norma, que são:

- Prazo de vigência menor do que um ano;
- Contratos de baixo valor;
- Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis;
- Contratos de aluguéis em que o Grupo não possui o controle do ativo; e
- Não possuem um prazo determinado.

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de impressora, empilhadeiras, balanças *cardiotech*, geradores de energia, alinhadores de elétrons e placas fotovoltaicas.

Resultados

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

O Grupo espera com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais:

- Aumento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento;
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional); e
- Diminuição do Lucro Líquido (efeito temporal).

Após estudos preliminares e com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá os seguintes valores na data de transição em 1º de janeiro de 2019:

Contas contábeis impactadas / novas contas contábeis	Consolidado Valor
Ativo não circulante	
Direito de uso de ativos	3.663.270
Valores relacionados a saldo de incentivos contratuais ⁽ⁱ⁾	(28.370)
Total direito de uso líquido	3.634.900
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	482.094
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	3.634.900

(i) Referem-se substancialmente à valores de carência do aluguel (por acordos previstos em contrato), contabilizados anteriormente à data de transição desse pronunciamento contábil, líquido de valores adiantados aos locadores.

Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. Após estudos preliminares a taxa real de desconto ficou em 2,94% e corresponde a taxa de captação de debêntures de 02 de abril de 2018 conforme descrito na Nota 13 (referência em % CDI acumulado em 31 de dezembro de 2018, líquido da inflação de 2018). O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Transição

O Grupo aplicará a CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como o cálculo dos dividendos e possibilita a utilização de expedientes prático, detalhados abaixo.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente, o direito de uso dos ativos serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, salvo valores relacionados com incentivos contratuais, valores pagos antecipados, custo com devolução de imóveis, que farão parte do saldo de direito de uso do ativo de arrendamento mediante reclassificação.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

(e) IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração está avaliando os impactos dessas alterações.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(i) Obrigações com acionista de Controlada

Quando da aquisição de 55% das quotas da empresa 4Bio Medicamentos Ltda. (atualmente denominada 4Bio Medicamentos S.A. ou 4Bio), a Companhia e o acionista fundador firmaram contrato com outorga de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador cujo preço de exercício será calculado com base em múltiplos de EBITDA ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios de 2018 a 2020.

O passivo financeiro (passivo não circulante) representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Obrigações com acionista de Controlada) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

No último trimestre do exercício ou na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas/atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados na rubrica de Obrigações com acionista de Controlada (Nota 9), em contrapartida de despesa financeira.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria de "custo amortizado".

(d) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante; e
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado:** os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais;
- Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado;
- As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado; e
- **Valor justo por meio do resultado:** os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a Administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito do Grupo receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, conforme data de transição, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem retrospectiva, sem efeito monetário, conforme permitido pelo IFRS 9 / CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e

deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9 / CPC 48, as mudanças nas políticas contábil foram aplicadas retrospectivamente sem alteração de valores monetários na data da transição. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, conforme apresentadas a seguir:

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda

tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 3 (a)(ii)).

Até 31 de dezembro de 2017, a perda para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante quando não houver expectativa de perda ou como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10(a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de

depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva de reavaliação, no grupo de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10(b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10(b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10(b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como *ágio*, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). A UGCs da Companhia são as lojas.

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos, existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido, e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 17d).

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) do resultado do exercício para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de

Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e sua controlada gozam de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida lei, está destinando os montantes descritos na Nota 17(e), para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita a aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

As práticas contábeis adotadas pelo Grupo para o reconhecimento da receita, a partir de 1º de janeiro de 2018 estão detalhadas na Nota 3(b), acima.

Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2017

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(t) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10(b)(ii).

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 14. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e esperadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e o histórico de indenizações do Grupo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	113.417	81.738	115.002	82.118
Fundo de investimento	2.381	90.769	2.381	90.769
Aplicações automáticas (a)	59.860		59.860	
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	25.344		25.344	
Debêntures compromissadas (c)	37.151	83.404	38.981	91.986
Total	238.153	255.911	241.568	264.873

(a) Trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo com resgates automáticos onde os ativos financeiros componentes da carteira tem prazo médio de 10 dias.

(b) A aplicação em certificado de depósito bancário com liquidez diária e prazo de carência de 30 dias.

(c) Trata-se de investimento em renda fixa com remuneração atrelada à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, lastreado em debêntures ofertadas publicamente emitidas por companhias, com compromisso de recompra por parte do Banco e revenda por parte do Grupo, conforme condições previamente pactuadas onde as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito, de baixo risco para o Grupo e com liquidez imediata sem perda de rendimento.

As aplicações financeiras estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras: Bradesco, Santander, Itaú e Banco do Brasil.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 24(b).

6. Clientes

Itens de clientes	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	806.541	841.471	938.744	934.735
(-) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa ⁽ⁱ⁾	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)
Total	805.649	837.582	937.389	930.071

(i) A diminuição de saldo em 2018 refere-se a reversão por perda de créditos relacionados ao programa farmácia popular no montante de R\$ 3.132.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Idades de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	799.003	831.006	923.872	919.711
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	2.784	4.497	7.679	5.895
Entre 31 e 60 dias	2.982	1.949	3.678	2.364
Entre 61 e 90 dias	610	505	1.147	988
Entre 91 e 180 dias	1.128	3.514	1.937	4.306
Entre 181 e 360 dias	34		431	1.471
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)
Total	805.649	837.582	937.389	930.071

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação de perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(3.889)	(2.612)	(4.664)	(2.756)
Adições	(5.684)	(9.967)	(8.354)	(13.629)
Reversões /perdas	8.681	8.690	11.663	11.721
Saldo final	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros a custo amortizado e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4(d)(i) acima.

As reversões/perdas em 31 de dezembro de 2018 são compostas por R\$ 6.959 (perdas) e por R\$ 1.722 (reversões) na Controladora e por R\$ 7.422 (perdas) e por R\$ 4.241 (reversões) no Consolidado.

7. Estoques

Itens de estoques	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	2.984.574	2.490.941	3.052.322	2.529.596
Mercadorias em poder de terceiros ⁽ⁱ⁾	44.825		44.825	
Materiais de consumo	1.268	1.819	1.268	1.819
Perdas esperadas nos estoques	(11.140)	(13.821)	(11.140)	(13.821)
Total dos estoques	3.019.527	2.478.939	3.087.275	2.517.594

(i) Mercadorias da Companhia localizadas em armazéns de terceiros.

A movimentação das perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir:

Movimentação de perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(13.821)	(10.165)	(13.821)	(10.165)
Adições	(2.857)	(8.954)	(2.857)	(8.954)
Baixas	5.538	5.298	5.538	5.298
Saldo final	(11.140)	(13.821)	(11.140)	(13.821)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 9.742.023 (R\$ 8.775.884 - 2017) para a Controladora e de R\$ 10.355.923 (R\$ 9.224.505 - 2017) para o Consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 89.277 (R\$ 84.505 - 2017) para a Controladora e R\$ 89.557 (R\$ 84.770 - 2017) para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

8. Tributos a recuperar

Itens de tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	113	440	113	440
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	214	214	3.518	214
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido			1.237	
Subtotal	327	654	4.868	654
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	37.679	57.661	41.470	58.350
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	186	320	186	320
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	58.410	43.250	58.410	43.250
PIS – Programa de integração social	4.228	892	4.228	892
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	19.474	4.108	19.474	4.109
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 precatório	561	561	561	561
INSS – Instituto nacional da seguridade social		3.617		3.617
Subtotal	120.538	110.409	124.329	111.099
Total	120.865	111.063	129.197	111.753
Ativo circulante	76.520	78.088	84.852	78.778
Ativo não circulante	44.345	32.975	44.345	32.975

Os créditos de ICMS de R\$ 37.679 e de R\$ 186 (R\$ 57.661 e de R\$ 320 - Dez/2017) na Controladora e de R\$ 41.470 e R\$ 186 (R\$ 58.350 e R\$ 320 - Dez/2017) no consolidado, são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centro de Distribuição no Estado de Pernambuco, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses. Com relação aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados, a utilização será em até 48 meses conforme legislação vigente.

Durante o primeiro trimestre de 2017, quando do julgamento com repercussão geral, RE 574.706, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Neste contexto, a Companhia ajuizou medidas judiciais para suspender a exigibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições. A Companhia recalculou e apropriou créditos das contribuições, no montante de R\$ 23.702 (R\$ 4.228 - PIS e R\$ 19.474 - COFINS).

9. Investimentos

(a) Combinação de negócios

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

O Contrato estabelece outorgas de opção de compra e opção de venda do saldo remanescente das ações correspondente a 45% da totalidade, atualmente em poder do acionista fundador, a serem exercidas após janeiro de 2021 e cujo valor justo será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e a findar em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2018, corresponde a R\$ 36.380 (R\$ 47.515 - Dez/2017).

O valor justo das ações adicionais registrado na Controladora e no consolidado, no valor de R\$ 36.380 (R\$ 47.515 - Dez/2017), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 10,07% em dezembro de 2018 (11,84% - Dez/2017), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 38,38% em dezembro de 2018 (50,58% - Dez/2017), considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 25.563 no Consolidado, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

(b) Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

<u>Razão Social</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	40.108	31.489

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação de investimentos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	31.489	29.424
Aumento de capital em Controlada ⁽ⁱ⁾	228	471
Resultado de equivalência patrimonial	8.391	1.821
Participação sobre dividendos propostos		(227)
Saldo final	40.108	31.489

(i) Trata-se da capitalização dos dividendos propostos em 2017, sem modificação na participação societária na Controlada.

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio, a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora	
	2018	2017
Resultado de equivalência patrimonial		
Lucro líquido do exercício	8.965	2.395
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(574)	(574)
Lucro líquido ajustado da 4Bio	8.391	1.821
Patrimônio líquido ajustado	2018	2017
Investimento a valor de livros (55%)	24.348	15.383
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	4.324	5.192
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(1.471)	(1.766)
Participação sobre dividendos propostos		(227)
Total de patrimônio líquido ajustado	27.201	18.582
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	12.907
Saldo de investimentos	40.108	31.489

(c) Dividendo de controlada

Em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social da Controlada, em 2017, foi calculado e apropriado dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido anual ajustado.

10. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	27.440	41.917	501.042	300.919	23.224	766.487	3.863	1.664.892
Adições			147.388	68.031	38.542	291.154		545.115
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.440	41.917	642.058	367.753	59.183	977.427	3.863	2.119.641
Adições			185.815	78.529	4.622	350.268		619.234
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)		(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)		(2.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.440	41.917	816.474	441.238	63.656	1.199.761	3.863	2.594.349
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20,0 – 23,7	17,0 – 21,6	20,0	
Saldo em 1º de janeiro de 2017		(19.872)	(173.655)	(128.644)	(14.378)	(320.186)	(3.266)	(660.001)
Adições		(1.113)	(52.762)	(43.420)	(10.440)	(162.239)	(455)	(270.429)
Alienações e baixas			5.913	2.736	8.107	68.320		85.076
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(870)	(809)		1.305		(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(20.985)	(221.374)	(170.137)	(16.711)	(412.800)	(3.721)	(845.728)
Adições		(1.083)	(66.979)	(50.494)	(7.120)	(211.434)	(142)	(337.252)
Alienações e baixas			7.133	4.465	82	119.608		131.288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536			492		1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(22.068)	(280.684)	(216.166)	(23.749)	(504.134)	(3.863)	(1.050.664)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2017	27.440	20.932	420.684	197.616	42.472	564.627	142	1.273.913
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	535.790	225.072	39.907	695.627		1.543.685

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no Consolidado:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	27.440	41.917	501.929	301.725	23.511	767.229	3.863	1.667.614
Adições			147.630	68.416	38.508	291.634		546.188
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.440	41.917	643.187	368.944	59.436	978.649	3.863	2.123.436
Adições			186.175	78.975	4.622	350.969		620.741
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)		(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)		(2.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.440	41.917	817.963	442.875	63.909	1.201.684	3.863	2.599.651
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	17 – 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2017		(19.872)	(173.916)	(128.970)	(14.596)	(320.388)	(3.266)	(661.008)
Adições		(1.113)	(52.858)	(43.568)	(10.424)	(162.436)	(455)	(270.854)
Alienações e baixas			5.913	2.736	8.107	68.320		85.076
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(870)	(809)		1.305		(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(20.985)	(221.731)	(170.611)	(16.913)	(413.199)	(3.721)	(847.160)
Adições		(1.083)	(67.093)	(50.690)	(7.135)	(211.704)	(142)	(337.847)
Alienações e baixas			7.133	4.465	82	119.608		131.288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536			492		1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(22.068)	(281.155)	(216.836)	(23.966)	(504.803)	(3.863)	(1.052.691)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2017	27.440	20.932	421.456	198.333	42.523	565.450	142	1.276.276
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	536.808	226.039	39.943	696.881		1.546.960

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	245.813	80.305	22.275	780.084	151.700	41.700	6.129	1.328.006
Adições	50.480	34.118					693	85.291
Alienações e baixas	(28.643)	(4.872)					(168)	(33.683)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(1.271)	(9)						(1.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.379	109.542	22.275	780.084	151.700	41.700	6.654	1.378.334
Adições	47.328	39.942					1.397	88.667
Alienações e baixas	(35.128)	(9.394)						(44.522)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	362	(12)						350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.941	140.078	22.275	780.084	151.700	41.700	8.051	1.422.829
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(120.982)	(30.181)	(2.387)			(37.177)		(190.727)
Adições	(45.757)	(19.142)				(460)		(65.359)
Alienações e baixas	27.705	4.825						32.530
Perdas esperadas para encerramento de lojas	675	5						680
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(138.359)	(44.493)	(2.387)			(37.637)		(222.876)
Adições	(49.194)	(24.804)				(460)		(74.458)
Alienações e baixas	33.162	9.384						42.546
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(107)	8						(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(154.498)	(59.905)	(2.387)			(38.097)		(254.887)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2017	128.020	65.049	19.888	780.084	151.700	4.063	6.654	1.155.458
Em 31 de dezembro de 2018	124.443	80.173	19.888	780.084	151.700	3.603	8.051	1.167.942

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no Consolidado:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Custo												
Saldo em 1º de janeiro de 2017	245.813	80.720	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.197	1.367.584
Adições	50.480	34.586									693	85.759
Alienações e baixas	(28.643)	(4.871)									(168)	(33.682)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(1.271)	(9)										(1.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.379	110.426	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.722	1.418.381
Adições	47.328	40.257									1.798	89.383
Alienações e baixas	(35.128)	(9.395)										(44.523)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	362	(12)										350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.941	141.276	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	8.520	1.463.591
Amortização acumulada												
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 – 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(120.982)	(30.404)	(2.387)				(1.267)	(37.177)	(708)	(535)	(68)	(193.528)
Adições	(45.757)	(19.250)					(1.014)	(460)	(566)			(67.047)
Alienações e baixas	27.705	4.825										32.530
Perdas esperadas para encerramento de lojas	675	5										680
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(138.359)	(44.824)	(2.387)				(2.281)	(37.637)	(1.274)	(535)	(68)	(227.365)
Adições	(49.195)	(24.972)					(1.014)	(460)	(566)		(80)	(76.287)
Alienações e baixas	33.163	9.385										42.548
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(107)	8										(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(154.498)	(60.403)	(2.387)				(3.295)	(38.097)	(1.840)	(535)	(148)	(261.203)
Saldo líquido												
Em 31 de dezembro de 2017	128.020	65.602	19.888	780.084	25.563	151.700	2.788	4.063	6.654		6.654	1.191.016
Em 31 de dezembro de 2018	124.443	80.873	19.888	780.084	25.563	151.700	1.774	3.603	6.088		8.372	1.202.388

(i) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*impairment*).

Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

(ii) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("*impairment*")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2018 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio Medicamentos S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 16,1% (15,6% - Dez/2017) antes dos impostos e 11,6% (11,3% - Dez/2017) após os impostos para Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A. e de 22,6% (23,0% - Dez/2017) antes dos impostos e 16,1% (16,1% - Dez/2017) após os impostos para 4Bio Medicamentos S.A.. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por valor recuperável nos ativos intangíveis ("*impairment*").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 6,39% (8,68% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para Raia S.A., (ii) média para os próximos 3 anos de 3,62% (7,98% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para a Drogaria Vison Ltda. e (iii) média para os próximos 3 anos de 24,19% (33,14% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para 4Bio.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos autorizados por órgão controlado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (31 de março de cada ano), as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

As taxas de desconto refletem a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas de reajustes de preços são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração do Grupo.

Análise de sensibilidade

Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da Administração, em 31 de dezembro de 2018, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nas análises de recuperabilidade dos ágios.

A determinação de recuperabilidade dos ágios depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

11. Benefícios a empregados

(a) Programa de participação nos resultados

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de

salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas (Nota 19).

(b) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios de curto prazo a empregados, tais como seguro de vida, assistências médica e odontológica, auxílio moradia, licença maternidade e bolsas de estudo, os quais são contabilizados respeitando o princípio de competência e cujo direito se extingue no término do vínculo empregatício com o Grupo.

O Grupo não concede benefícios pós empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

12. Fornecedores

Itens de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	1.962.589	1.686.612	2.069.087	1.756.539
Fornecedores de materiais	9.429	10.441	9.610	10.612
Fornecedores de ativos	18.932	11.794	19.224	11.906
Fornecedores de serviços	57.687	49.677	58.846	50.468
Ajuste a valor presente	(15.017)	(13.483)	(15.493)	(13.838)
Total	2.033.620	1.745.041	2.141.274	1.815.687

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, totalizando R\$ 504.028 (R\$ 66.488 – 2017), sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Nessas operações, não há alteração no prazo médio de pagamento quando comparada com os valores a pagar aos outros fornecedores.

13. Empréstimos e financiamentos

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
BNDES - Subcrédito					
Empreendimentos	TJLP + 2,12% (+ 2,23% - Dez/2017) a.a.	69.459	109.387	69.459	109.387
Empreendimentos	SELIC + 2,35% (+ 2,34% - Dez/2017) a.a.	82.348	115.633	82.348	115.633
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado (3,52% - Dez/2017) a.a.		914		914
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2017) a.a.	11.821	16.690	11.821	16.690
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - Dez/2017) a.a.	2.596	4.301	2.596	4.301
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (2,42% - Dez/2017) a.a.	53	71	53	71
Capital de giro	SELIC + 2,42% (+ 2,37% - Dez/2017) a.a.	17.703	58.359	17.703	58.359
Outros		2.053	2.448	2.053	2.448
Debêntures					
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	235.424	303.156	235.424	303.156
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	404.787		404.787	
Empréstimos					
Outros				16.906	
Total		826.244	610.959	843.150	610.959
Passivo circulante		256.033	196.248	272.939	196.248
Passivo não circulante		570.211	414.711	570.211	414.711

Características dos financiamentos

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de Software Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 186.033 (R\$ 307.803 - Dez/2017) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora/ Consolidado
Previsão de pagamento	2018
2020	220.119
2021	183.556
2022 em diante	166.536
Total	570.211

Características das Debêntures

Em 2 de abril de 2018 foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia que possuem prazo de vencimento de 60 meses (abril/2023) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme detalhado a seguir:

Tipo de Emissão	Valor da Emissão	Quantidade em Circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos Anuais	Preço Unitário
2ª Emissão - 9 Séries	R\$ 400.000	40.000	02/04/2018	2018-2023	104,5%(*)	R\$ 10

(*) Pela taxa média ponderada das séries.

Os custos incorridos com as emissões das duas debêntures (2017 – 1ª emissão e 2018 – 2ª emissão) da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 2.089 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e serão apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2018, o valor a ser apropriado era de R\$ 1.260 (R\$ 1.098 – Dez/2017), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal referente a 2ª emissão das debêntures ocorrerá em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente,

sendo o primeiro pagamento devido em abril de 2019, e os demais pagamentos sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, até a data do vencimento.

As características das debêntures emitidas em 2017 não sofreram alterações conforme quadro abaixo:

<u>Tipo de Emissão</u>	<u>Valor da Emissão</u>	<u>Quantidade em Circulação</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Encargos Anuais</u>	<u>Preço Unitário</u>
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	30.000	19/04/2017	2017 - 2022	104,75%	R\$ 10

As debêntures da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

A mensuração dos "covenants" é trimestral e, durante o exercício de 2018, não houve descumprimento às referidas exigências.

O não cumprimento do "covenants" por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, conseqüentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

Reconciliação da dívida líquida

A composição e movimentações da dívida líquida estão apresentadas a seguir:

Composição e movimentações da dívida líquida	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos de curto prazo	256.033	196.248	272.939	196.248
Empréstimos de longo prazo	570.211	414.711	570.211	414.711
Total da dívida	826.244	610.959	843.150	610.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(238.153)	(255.911)	(241.568)	(264.873)
Dívida líquida	588.091	355.048	601.582	346.086

Movimentações da dívida líquida	Controladora		
	Empréstimos e Financiamentos	Caixa e Equivalentes	Dívida Líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	610.959	(255.911)	355.048
Aporte de capital	394.985		394.985
Apropriação de juros	57.227		57.227
Pagamento de juros	(43.410)		(43.410)
Amortização de principal	(195.142)		(195.142)
Custo de transação	1.625		1.625
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		17.758	17.758
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	826.244	(238.153)	588.091

Movimentações da dívida líquida	Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	Caixa e Equivalentes	Dívida Líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	610.959	(264.873)	346.086
Aporte de capital	419.223		419.223
Apropriação de juros	56.700		56.700
Pagamento de juros	(43.478)		(43.478)
Amortização de principal	(201.879)		(201.879)
Custo de transação	1.625		1.625
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		23.305	23.305
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	843.150	(241.568)	601.582

14. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. No caso das contingências trabalhistas, a evolução dos processos e o histórico de perdas são fatores determinantes para refletir a melhor estimativa.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

Itens de demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	73.146	24.105	73.146	24.105
Tributárias	642	586	642	586
Cíveis	700	627	700	627
Subtotal	74.488	25.318	74.488	25.318
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(23.099)	(14.425)	(23.099)	(14.425)
Total	51.389	10.893	51.389	10.893
Passivo circulante	2.512	2.724	2.512	2.724
Passivo não circulante	48.877	8.169	48.877	8.169

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

Movimentações de provisão	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	25.318	17.530	25.318	17.530
Adições de novos processos e revisão de estimativa ⁽ⁱ⁾	66.433	14.814	66.433	14.814
Baixas por pagamento	(28.589)	(21.542)	(28.589)	(21.542)
Reversões por mudanças em processos	(889)	(594)	(889)	(594)
Reavaliação dos valores ⁽ⁱⁱ⁾	9.656	12.132	9.656	12.132
Atualizações monetárias	2.559	2.978	2.559	2.978
Saldo final	74.488	25.318	74.488	25.318

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22).

(i) Para as contingências trabalhistas, a Administração adota uma metodologia de provisionamento baseada no histórico de indenizações por grupos de cargos e no índice de procedência para conversão em perda efetiva, aplicada sobre os processos em andamento, em seus diversos estágios, a fim de melhor avaliar os elementos de cada pedido que sejam de provável perda. Em função de um aumento observado no volume e na celeridade dos julgamentos dos processos trabalhistas da Companhia pelos tribunais durante 2018, em conexão com a revisão das premissas de provisão, passaram a considerar também os processos trabalhistas ainda sem julgamento nos tribunais, até então excluídos da análise em função do seu estágio inicial e ausência de parâmetros suficientes para avaliação de estimativa de perda financeira. Como resultado dessas mudanças, a provisão trabalhista foi complementada em R\$ 40.415, em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Refere-se a reavaliação dos valores a serem desembolsados relacionados às demandas trabalhistas de processos em fase de sentença ou acórdão.

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 possui ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 54.063 (R\$ 35.475 - Dez/2017) para a Controladora e Consolidado, sendo que R\$ 9.998 (R\$ 11 - Dez/2017) corresponde à área cível, R\$ 44.065 (R\$ 35.464 - Dez/2017) à área tributária.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

Composição de depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	10.461	12.053	10.461	12.053
Tributárias	11.409	12.121	11.409	12.121
Cíveis	3.900	5.041	3.900	5.041
Total	25.770	29.215	25.770	29.215

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como réu em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

15. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se:

Itens de IR/CS efetivos	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	635.823	683.123	638.856	686.544
Juros sobre o capital próprio	(209.500)	(202.500)	(209.500)	(202.500)
Lucro tributável	426.323	480.623	429.356	484.044
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(144.950)	(163.412)	(145.981)	(164.575)
Adições permanentes	(7.329)	(11.589)	(7.479)	(11.805)
Equivalência patrimonial	2.853	619		
Redução do imposto por incentivos (P.A.T.)	5.487	6.603	5.487	6.669
Subvenção para investimentos (i)	14.041		21.877	
Outros (reserva de reavaliação + limite de isenção adicional de IR)	(158)	(11)	(127)	15
Incentivos fiscais – doações	(3.320)	(4.170)	(3.320)	(4.195)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(133.376)	(171.960)	(129.543)	(173.891)
Alíquota efetiva	21,0%	25,2%	20,3%	25,3%

(i) A partir do 3º trimestre de 2018, o Grupo passou a tratar como dedutível para fins do imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. O efeito na apuração de IRPJ/CSLL do montante ajustado, correspondeu a R\$ 14.041 na Controladora e de R\$ 21.877 no Consolidado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 66.826 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 64.732 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 70.844 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 65.445 - Dez/2017) no Consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 305.928 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 290.949 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 308.601 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 294.160 - Dez/2017) no Consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se a:

	Balanco Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Diferenças temporárias								
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(6.976)	(7.066)	(6.976)	(7.066)				
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(243.995)	(226.401)	(243.995)	(226.401)	17.594	42.664	17.594	42.664
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(54.957)	(57.482)	(54.957)	(57.482)	(2.525)	(2.524)	(2.525)	(2.524)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(2.673)	(3.211)			(537)	(537)
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros			3.163				(3.163)	
Ajuste a valor justo – AVJ	2.091	5.877	2.091	5.877	3.786	(5.877)	3.786	(5.877)
Provisão - perdas esperadas no estoque	13.560	29.495	13.560	29.495	15.934	(1.995)	15.934	(1.995)
Provisão - obrigações diversas	10.713	6.963	10.935	7.106	(4.896)	6.062	(4.974)	6.095
Provisão - programa de participação no resultado	14.254	11.472	14.730	11.778	(1.659)	1.319	(1.829)	1.164
Provisão - demandas judiciais	25.326	8.609	25.326	8.609	(16.693)	(2.648)	(16.693)	(2.648)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	882	2.316	1.039	2.580	1.434	(506)	1.540	(720)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos					12.975	36.495	9.133	35.622
Passivo fiscal diferido, líquido	(239.102)	(226.217)	(237.757)	(228.715)				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Ativo fiscal diferido	66.826	64.732	70.844	65.445				
Passivo fiscal diferido	(305.928)	(290.949)	(308.601)	(294.160)				
Passivo fiscal diferido, líquido	(239.102)	(226.217)	(237.757)	(228.715)				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido								
Saldo no início do exercício	(226.217)	(189.818)	(228.715)	(193.187)				
Despesa reconhecida no resultado	(12.975)	(36.496)	(9.132)	(35.625)				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	90	97	90	97				
Saldo no final do exercício	(239.102)	(226.217)	(237.757)	(228.715)				

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

	Controladora	Consolidado
Previsão de pagamento	2018	2018
2019	38.931	38.931
2020	10.354	10.354
2021	15.833	15.833
2022 em diante	1.708	5.726
Total	66.826	70.844

16. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora/ Consolidado	
Itens de resultado por ação	2018	2017
Básico		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.406	329.683
Lucro por ação em R\$ - básico	1,52531	1,55047
Diluído		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	329.533	330.090
Lucro por ação em R\$ - diluído	1,52473	1,54855

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 1.808.639 (R\$ 1.808.639 - Dez/2017), está representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 214.459.215 ações ordinárias (211.804.492 ações ordinárias - Dez/2017).

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está assim apresentada:

Composição acionária	Quantidade de Ações		Participação %	
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Acionistas controladores	114.880.213	117.907.354	34,77	35,69
Ações em circulação	214.459.215	211.804.492	64,91	64,11
Ações em tesouraria	1.046.572	674.154	0,32	0,20
Total	330.386.000	330.386.000	100,00	100,00

Os acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2017	211.804.492
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	2.654.723
Posição em 31 de dezembro de 2018	214.459.215

Em 31 de dezembro de 2018, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 57,15 fechamento do dia (R\$ 91,80 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Reserva para incentivos fiscais

Tratam-se dos benefícios fiscais de ICMS obtidos nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos nº resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(c) Ações em tesouraria

Em 3 de agosto de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação. Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Movimentação de ações em tesouraria	Controladora	
	Quantidade (em ações)	Valor das ações
Posição em 31 de dezembro de 2017	674.154	12.808
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª tranche da outorga de 2014, a 2ª tranche da outorga de 2015 e a 1ª tranche da outorga de 2016	(224.582)	(4.267)
Aquisição de ações de emissão da própria Companhia	597.000	46.925
Posição em 31 de dezembro de 2018	1.046.572	55.466

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 57,15 por ação nesta data, corresponde a R\$ 59.812.

(d) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro e o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço de suas ações restritas, em cada um desses exercícios.

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

Movimentação de ações restritas	2018		2017	
	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial	485.242	18.863	375.212	11.123
Apropriação de ações no exercício	239.137	12.459	293.260	12.603
Entrega de ações no exercício	(224.582)	(7.382)	(183.230)	(4.863)
Saldo final	499.797	23.940	485.242	18.863

(e) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2018	2017
Movimentação de remuneração aos acionistas		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Reserva legal	(25.122)	(25.558)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	175	186
Reserva de subvenção para investimento (Nota 15a)	(41.297)	
Base de cálculo do dividendo (a)	436.203	485.791
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	109.051	121.448
Juros sobre o capital próprio proposto	209.500	202.500
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(29.459)	(28.450)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	180.041	174.050
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	41,27	35,83
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	70.990	52.602

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 41.297 de seu resultado do exercício findo em 2018 para reservas de incentivos fiscais, descritas na política contábil Nota 4(q).

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 209.500 (R\$ 202.500 - 2017), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2018 e de 2017, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 70.990 (R\$ 52.602 – Dez/2017), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2018	2017
Movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio		
Saldo inicial	37.288	25.546
Adições	161.653	182.772
Pagamentos	(173.622)	(170.847)
Baixas	(476)	(183)
Saldo final	24.843	37.288

18. Receita líquida de vendas

Itens de receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas				
Receita de vendas de mercadorias	14.757.177	13.293.249	15.506.262	13.838.774
Receita de serviços prestados	12.797	13.589	12.871	13.695
Total de receita bruta de vendas	14.769.974	13.306.838	15.519.133	13.852.469
Impostos incidentes sobre vendas	(533.656)	(471.706)	(585.676)	(500.288)
Devoluções, abatimentos e outros	(116.950)	(127.324)	(132.012)	(139.676)
Receita líquida de vendas	14.119.368	12.707.808	14.801.445	13.212.505

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

O Grupo avaliou os impactos do CPC 47 / IFRS 15 e, considerando que a entidade atua no ramo do varejo farmacêutico e possui apenas uma única obrigação de desempenho, não havendo, portanto, complexidade nesta definição, tão quanto na transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores na passagem pelo caixa, conforme descrito na Nota 4 - Principais práticas contábeis, concluiu que não há impactos relevantes no registro contábil da norma.

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	(1.813.139)	(1.603.801)	(1.839.906)	(1.626.658)
Despesas com ocupação (i)	(697.370)	(600.390)	(699.902)	(602.508)
Serviços de terceiros	(160.960)	(149.727)	(162.044)	(150.449)
Depreciação e amortização (ii)	(411.710)	(335.768)	(414.133)	(337.914)
Outras (iii)	(527.496)	(458.661)	(548.479)	(478.099)
Total	(3.610.675)	(3.148.347)	(3.664.464)	(3.195.628)

Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	2018	2017	2018	2017
Com vendas	(3.219.908)	(2.790.215)	(3.261.896)	(2.825.959)
Gerais e administrativas	(390.767)	(358.132)	(402.568)	(369.669)
Total	(3.610.675)	(3.148.347)	(3.664.464)	(3.195.628)

(i) Referem-se a gastos com locação de imóveis, condomínios, energia, água, comunicação e IPTU.

(ii) As depreciações e amortizações em 2018 totalizaram um montante de R\$ 411.710 (R\$ 335.768 - 2017) para a Controladora, sendo que, R\$ 360.428 (R\$ 296.696 - 2017) corresponde à área de Vendas e o montante de R\$ 51.282 (R\$ 39.072 - 2017), à área Administrativa e R\$ 414.133 (R\$ 337.914 - 2017) para o Consolidado, o montante de R\$ 360.884 (R\$ 296.909 - 2017) corresponde a área de Vendas e o montante de R\$ 53.249 (R\$ 41.005 - 2017) corresponde a área Administrativa.

(iii) Referem-se, principalmente, a gastos com taxas de operadoras de cartões, além de serviço de transportes, materiais, outras despesas administrativas, manutenção de bens, propaganda e publicidade.

20. Outras (receitas)/despesas operacionais

As outras (receitas)/despesas operacionais totalizaram em 2018 um montante de R\$ 59.548 (R\$ 212 – 2017) para o Consolidado. Esses montantes são compostos por despesas/receitas não recorrentes, relacionadas com: (i) gastos com consultoria para elaboração de planejamento estratégico dos próximos 5 anos de R\$ 13.913; (ii) créditos de anos anteriores, sobretudo de PIS e COFINS, no montante de R\$ (10.698); (iii) baixa de imobilizado e intangível, provisões de despesas com multas e reformas devido ao encerramento de 4 lojas da bandeira Farmasil, no valor de R\$ 1.530; (iv) mudança de estimativa para a constituição de provisões para contingências trabalhistas no valor de R\$ 47.207 e; (v) reestruturação do plano de carreira no valor de R\$ 7.596.

21. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

Itens de receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Descontos obtidos	1.880	1.026	1.997	1.107
Rendimentos de aplicações financeiras	10.104	24.174	10.104	24.174
Juros sobre mútuo	2.730	2.743		
Variações monetárias	748	3.246	1.061	3.308
Outras receitas financeiras	2	3	192	306
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(716)	(1.449)	(716)	(1.449)
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	53.415	73.078	59.145	79.437
Total das receitas financeiras	68.163	102.821	71.783	106.883

(b) Despesas financeiras

Itens de despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Descontos concedidos a clientes	(16)		(281)	(187)
Juros, encargos e taxas bancárias	(685)	(746)	(1.246)	(1.185)
Encargos sobre debêntures	(36.495)	(19.128)	(36.495)	(19.128)
Amortização de custos de transação	(582)	(247)	(582)	(247)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(20.731)	(44.654)	(20.731)	(45.106)
Variações monetárias	3.155	(5.003)	2.635	(6.152)
Juros sobre obrigação com acionista de Controlada	11.135	(2.286)	11.135	(2.286)
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(103.790)	(133.244)	(108.872)	(138.632)
Total das despesas financeiras	(148.009)	(205.308)	(154.437)	(212.923)
Resultado financeiro	(79.846)	(102.487)	(82.654)	(106.040)

22. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas, ativos imobilizados nas categorias móveis e utensílios e máquinas e equipamentos no total de R\$ 111 (R\$ 112 – Dez/2017) na Controladora e Consolidado.

23. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos

contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 54.253 (R\$ 43.609 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 54.402 (R\$ 43.715 - Dez/2017) para o Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis de lojas, com base nos prazos determinados nos contratos assinados, (arrendamentos mercantis canceláveis), estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pagamentos mínimos futuros dos aluguéis				
Primeiros 12 meses	553.246	447.595	554.160	448.404
Entre 13 e 60 meses	1.424.544	1.185.782	1.426.304	1.186.841
Após 60 meses	434.215	352.801	434.215	352.801
Total	2.412.005	1.986.178	2.414.679	1.988.046

24. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

Itens de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
<u>Ao custo amortizado (2017 – empréstimos e recebíveis)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	238.153	255.911	241.568	264.873
Clientes (Nota 6)	805.649	837.582	937.389	930.071
Outras contas e créditos a receber	196.148	158.295	156.847	120.321
Depósitos judiciais (Nota 14)	25.770	29.215	25.770	29.215
Subtotal	1.265.720	1.281.003	1.361.574	1.344.480
Total dos ativos	1.265.720	1.281.003	1.361.574	1.344.480
Passivos				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Obrigação com acionista de Controlada (Nota 9)	36.380	47.515	36.380	47.515
Subtotal	36.380	47.515	36.380	47.515
<u>Ao custo amortizado (2017 - outros passivos financeiros)</u>				
Fornecedores	2.033.620	1.745.041	2.141.274	1.815.687
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	826.244	610.959	843.150	610.959
Outras contas a pagar e obrigações	150.141	128.259	151.940	129.403
Subtotal	3.010.005	2.484.259	3.136.364	2.556.049
Total dos passivos	3.046.385	2.531.774	3.172.744	2.603.564

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são principalmente o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas de clientes.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

Classificação de ratings	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Rating – Escala Nacional				
brAAA	62.622	17.858	65.251	26.809
brAA+	14.680	71.226	15.464	71.229
brA	729	265	729	265
(*) n/a - Aplicações automáticas	59.860		59.860	
(*) n/a - Fundos de Investimento	2.381	90.769	2.381	90.769
Total – Escala Nacional	140.272	180.118	143.685	189.072

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para Aplicações automáticas e Fundos.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as vendas com recebimento a prazo representaram 52% (51% - Dez/2017) na Controladora e 54% (53% - Dez/2017) para o consolidado, sendo que desse total 92% (92% - Dez/2017) na Controladora e 86% (86% - Dez/2017) no Consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 8% (8% - Dez/2017) e 14% (14% - Dez/2017) para o Consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora					
Operação	Risco	Valor nocional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	124.736	624	780	936
Receita			624	780	936
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
Despesa			6	7	9

Consolidado					
Operação	Risco	Valor nocional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	126.566	633	791	950
Receita			633	791	950
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
Despesa			6	7	9

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), as quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Itens de gestão de capital	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Financiamentos de curto e longo prazo	826.244	610.959	843.150	610.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(238.153)	(255.911)	(241.568)	(264.873)
Dívida líquida	588.091	355.048	601.582	346.086
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	3.499.857	3.222.513	3.499.857	3.222.513
Participação de não controladores			34.910	27.859
Total do patrimônio líquido	3.499.857	3.222.513	3.534.767	3.250.372
Total do Capital	4.087.948	3.577.561	4.136.349	3.596.458
Índice de alavancagem financeira (%)	14,39	9,92	14,54	9,62

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 foi decorrente, principalmente, da emissão de debêntures (Nota 13) e consequente uso dos recursos obtidos nos investimentos e operação da Companhia.

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. Os valores justos estimados são:

Estimativa do valor justo	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo		Valor Contábil		Valor Justo	
	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017
BNDDES	186.033	307.803	185.996	307.811	186.033	307.803	185.996	307.811
Debêntures	640.211	303.156	640.256	303.145	640.211	303.156	640.256	303.145
Outros					16.906		16.906	
Total	826.244	610.959	826.252	610.956	843.150	610.959	843.158	610.956

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Movimentação de obrigação c/acionista de Controlada	Controladora e Consolidado	
	Obrigações com acionista de Controlada	
	2018	2017
Saldo inicial	47.515	45.228
Despesas/(receitas) reconhecidas no resultado	(11.135)	2.287
Saldo final	36.380	47.515
Total de despesas/(receitas) no exercício incluídas no resultado	(11.135)	2.287
Variação das despesas/(receitas) não realizadas no exercício incluídas no resultado	(11.135)	2.287

25. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

26. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo Circulante				Montante Transacionado			
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valores a receber									
Convênios (i)									
Regimar Comercial S.A.	Acionista/Família	8	12	8	12	99	103	99	103
Heliomar Ltda.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	1		1		13	16	13	16
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista/Família	1		1		4	3	4	3
Subtotal		10	12	10	12	116	122	116	122
Outros valores a receber									
Acordos comerciais									
Natura Cosméticos S.A. (ii)	Acionista/Pessoa ligada	102	123	102	123	719	745	719	745
Adiantamento a Fornecedores									
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii)	Família	414	440	414	440				
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados (iv)	Acionista/Família	3	50	3	50				
Mútuo e outros a receber									
4Bio Medicamentos S.A. (v)	Controlada	41.395	38.603			3.194	23.018		
Subtotal		41.914	39.216	519	613	3.913	23.763	719	745
Total de direitos com partes relacionadas		41.924	39.228	529	625	4.029	23.885	835	867

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Passivo Circulante				Montante Transacionado			
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valores a pagar									
Aluguéis (vi)									
Heliomar Ltda.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	21	19	21	19	219	219	219	219
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Subtotal		42	40	42	40	495	489	495	489
Forneecedores de serviços									
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iv)	Acionista/Família		49		49	6.209	7.172	6.209	7.172
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vii)	Acionista/Família	924	869	924	869	10.952	9.690	10.952	9.690
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii)	Família	34		34		2.573	734	2.573	734
FMA Assessoria e Consultoria (viii)	Acionista/Suplente do Conselho de Administração					110		110	
Subtotal		958	918	958	918	19.844	17.596	19.844	17.596
Forneecedores de mercadorias									
Natura Cosméticos S.A. (ii)	Acionista/Pessoa ligada	632	1.221	632	1.221	5.289	5.535	5.289	5.535
Subtotal		632	1.221	632	1.221	5.289	5.535	5.289	5.535
Total de obrigações com partes relacionadas		1.632	2.179	1.632	2.179	25.628	23.620	25.628	23.620

(i) São vendas realizadas por convênios, cujas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Compra e venda de produtos da Natura Cosméticos S.A., os quais serão comercializados em todo o território nacional e a Raia Drogasil receberá um percentual sobre os produtos vendidos. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A..

(iii) Prestação de serviços de operação da aeronave à proprietária Raia Drogasil S.A., que pagará à operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de Assessoria Operacional, Compliance, Financeira, Coordenação de Manutenção e Controle Técnico de Manutenção.

(iv) Transações referentes à Assessoria Jurídica.

(v) Ao longo do exercício social de 2016 e 2017 foram realizadas operações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) nos montantes de R\$ 14.000 e R\$ 20.100, respectivamente. Todos os contratos de mútuo são atualizados em 110% do CDI com vencimento em dezembro de 2019.

Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil (R\$ 39).

(vi) Transações referentes a aluguel de imóveis comerciais para estabelecimento de lojas.

(vii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista de circulação interna da Companhia.

(viii) Transações referentes a serviços de representação comercial em órgãos de classe.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

Itens de remuneração	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Proventos e encargos sociais	17.460	15.415	19.318	17.227
Gratificações e encargos sociais	14.876	28.764	15.115	29.145
Benefícios indiretos	713	2.117	713	2.117
Total	33.049	46.296	35.146	48.489

27. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2018:

Itens de seguros	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Riscos com perdas em estoques	182.449	150.197	217.837	170.825
Bens do ativo permanente	289.479	232.862	296.619	238.682
Lucros cessantes	242.556	237.873	293.670	262.052
Riscos de responsabilidade civil	38.424	33.602	40.000	34.500

28. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2018, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a atualização do passivo financeiro oriundo da obrigação com acionista de Controlada (Nota 9);
- (ii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas (Nota 26); e
- (iii) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 18.932 (R\$ 11.793 - Dez/2017).

29. Evento subsequente

(a) Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou, por meio da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia real e sem preferência, em série única, no valor total de R\$ 250.000, com remuneração de 98,5% do CDI e prazo de pagamento de 7 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 13 de março de 2026. Os recursos captados serão utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma, de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários de emissão da Vert Companhia Securitizadora, que serão emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da instrução CVM400.

(b) Em 26 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou com as sociedades CCI Foreign, S.A.R.L. e Beauty Holdings, L.L.C. ("Vendedores"), contrato de Compra e Venda de Quotas ("CVQ") de 100% das quotas representativas do capital social da Drogaria Onofre S.A., tendo a CVS Pharmacy, Inc. como garantidora ("Garantidora").

O CVQ estabelece (i) as responsabilidades dos Vendedores e da Garantidora sobre o processo arbitral que está sendo conduzido pela Garantidora com o antigo vendedor (direitos e haveres), sem qualquer ônus à Companhia, bem como (ii) o atendimento de condições precedentes, em especial a aprovação da negociação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Exceto pelas implicações decorrentes da arbitragem, mencionada acima, a Companhia assumirá os ativos e passivos da Drogaria Onofre S.A. após o cumprimento das condições precedentes.

Com R\$ 479,4 milhões de receita bruta em 2018 e um total de 50 lojas, sendo 47 no estado de São Paulo, duas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais, a Onofre, atualmente controlada pela CVS Health Corporation, é uma das empresas mais reconhecidas do varejo farmacêutico brasileiro e uma das líderes nacionais em e-commerce.